



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
GABINETE DO VEREADOR CÉSAR COSTA
RUA CEARÁ, 662 – CENTRO
CEP - 65930-000 – AÇAILÂNDIA/MA

PROTOCOLADO

EM: 11 / 04 / 2023

Câmara Municipal de Açailândia

L I D O

EM: 12 / 04 / 2023

VISTO:

APROVADO

12 / 04 / 23

Câmara Municipal de Açailândia

INDICAÇÃO Nº 049/2023

Vereador: César Costa

Ao Presidente da Câmara Municipal de Açailândia

Senhor Presidente,

Eu vereador CÉSAR COSTA, nos termos do regimento interno, venho através deste, indicar ao chefe do Poder Executivo Municipal, Sua Excelência Aluísio Silva Sousa, que, envie para essa casa Legislativa, uma Lei que crie o Programa de Vigilância da Rede de Ensino Municipal de Açailândia-MA. Conforme segue modelo abaixo.

Institui o Programa Municipal de Vigilância da Rede de Ensino Municipal de AÇAILÂNDIA-MA.

Art. 1º Fica Instituído o Programa Municipal de Vigilância da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único. Este programa tem como objetivo estabelecer medidas de reforço à segurança em escolas no âmbito do município Açailândia-Ma, delimitando uma série de protocolos de prevenção, identificação e ação frente a possíveis ataques que possam representar risco à integridade física de estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar.

Art. 2º Todas as escolas da rede municipal de ensino deverão conter pelo menos 01 (um) vigilante portando arma de fogo durante o período escolar.

§ 1º Os diretores de escolas que avaliarem a necessidade da presença de mais vigilantes armados nos estabelecimentos de ensino deverão encaminhar à Secretaria de Educação do município um relatório elaborado pela escola, onde serão elencados dados de violência, vulnerabilidade e outras informações pertinentes à realidade específica daquela unidade e do seu entorno.

Art. 3º Todas as escolas da rede municipal de ensino devem contar com câmeras de videomonitoramento.

§ 1º As câmeras de que trata o art. 3º serão instaladas na entrada do estabelecimento, pátios de convivência comum e dentro das salas de aula.

§ 2º Os equipamentos deverão dispor de recursos de gravação e armazenamento de imagens por um período mínimo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Anualmente, pelo menos 80% dos funcionários de colégios municipais deverão receber treinamento voltado à conscientização e identificação de possíveis sintomas que indiquem problemas relacionados à saúde mental de crianças e adolescentes, assim como a orientação de possíveis abordagens pedagógicas que identifiquem e previnam fatores



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
GABINETE DO VEREADOR CÉSAR COSTA
RUA CEARÁ, 662 – CENTRO
CEP - 65930-000 – AÇAILÂNDIA/MA

existentes no ambiente que influenciem e potencializem a prática de ações lesivas à comunidade escolar.

Parágrafo Único. A Secretaria de Educação regulamentará o treinamento, assim como certificará os profissionais que participarem dele.

Art. 5º Anualmente, cada instituição de ensino deverá elaborar um relatório informando à Secretaria de Educação todas as ocorrências de violência psicológica e/ou física, ameaças e comportamentos agressivos registradas durante o ano letivo.

§1º A Secretaria de Educação utilizará esses dados para elaborar o mesmo estudo em escala municipal, que deverá ser compartilhado com a Secretaria municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito, bem como com as Secretarias de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado da Educação.

§2º A Secretaria da Segurança, Defesa Civil e Trânsito deverá elaborar o programa da Guarda Municipal de Rede de Segurança Escolar para atender os objetivos desta Lei, em especial nas escolas que apresentarem maiores indícios de proliferação de ocorrências registradas.

Art. 6º As Associações de Pais e Professores deverão formar equipes de trabalho responsáveis por atuar em emergências, assim como contribuir para a implementação de medidas preventivas de segurança e treinamento da comunidade escolar.

§1º Pais, professores e responsáveis com qualquer tipo de instrução sobre situações de emergência e primeiros socorros terão preferência para compor a equipe.

§ 2º Se o estabelecimento escolar não possuir a referida Associação, a criação da equipe de trabalho se dará através da respectiva Coordenadoria Municipal de Educação.

§ 3º Integrarão as equipes de trabalho das Associações de Pais e Professores as guarnições destacadas para o programa de Rede de Segurança Escolar.

Art. 7º As equipes de trabalho mencionadas no artigo anterior deverão elaborar ao menos um plano de emergência que estabelecerá protocolos de identificação, ação e fuga em potenciais situações de risco.

§ 1º O plano deverá conter o passo a passo a ser adotado por funcionários, alunos e pais em caso de emergência.

César Costa
Vereador